

Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2023.**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
CRC 1SP245014/O-2

Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.

Balancos Patrimoniais individuais e consolidados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022		
Caixa e equivalentes de caixa	8	87	56	65.650	69.043	Fornecedores	15	934	370	25.835	16.171
Contas a receber partes relacionadas	9	-	17	32.168	17	Imposto de renda e contribuição social	22	-	-	1.918	716
Impostos a recuperar		41	50	2.043	745	Obrigações fiscais		11	18	1.226	1.023
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		55	43	2.892	455	Financiamentos	16	-	-	23.930	7.570
Adiantamento a fornecedores		21	22	24	284	Dividendos a pagar	23	10.792	-	12.496	-
Despesas antecipadas		-	-	1.436	1.627	Passivo de arrendamento	12	-	-	35	-
Dividendos a receber	23	15.937	-	-	-	Outras contas a pagar	15	51	24	148	97
Outras contas a receber		-	93	-	544						
Total do ativo circulante		16.141	281	104.213	72.715	Total do passivo circulante		11.788	412	65.588	25.577
Aplicações financeiras vinculadas	10	-	-	13.235	12.492	Financiamentos	16	-	-	411.424	398.708
Investimentos em controladas	11	472.602	414.885	-	-	Provisão para desmobilização	17	-	-	19.797	-
Direito de uso	12	-	-	11.578	-	Passivo de arrendamento	12	-	-	11.692	-
Imobilizado	13	-	67	908.376	799.939	Total do passivo não circulante		-	-	442.913	398.708
Intangível	14	39.371	40.038	39.371	40.038						
Total do ativo não circulante		511.973	454.990	972.560	852.469	Patrimônio líquido	18				
						Capital social		481.681	481.681	481.681	481.681
						Reserva de lucros		34.645	-	34.645	-
						Prejuízos acumulados		-	(26.822)	-	(26.822)
						Total do patrimônio líquido		516.326	454.859	516.326	454.859
						Participação de não controladores		-	-	51.946	46.040
Total do ativo		528.114	455.271	1.076.773	925.184	Total do passivo e patrimônio líquido		528.114	455.271	1.076.773	925.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.

Demonstrações de resultados individuais e consolidados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	19	-	-	279.002	-
Custos de operação	20	-	-	(176.877)	-
Lucro bruto		-	-	102.125	-
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	20	(1.373)	(3.249)	(1.500)	(3.683)
Outras receitas operacionais		(55)	-	(1.423)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(1.428)	(3.249)	99.202	(3.683)
Receitas financeiras	21	34	100	8.674	1.562
Despesas financeiras	21	(1)	-	(19.773)	(276)
Resultado financeiro líquido		33	100	(11.099)	1.286
Resultado de equivalência patrimonial	11	73.654	413	-	-
Resultado antes dos impostos		72.259	(2.736)	88.103	(2.397)
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	-	-	(8.234)	(373)
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício		72.259	(2.736)	79.869	(2.770)
Atribuíveis aos:					
Acionistas controladores		72.259	(2.736)	72.259	(2.736)
Acionistas não controladores		-	-	7.610	(34)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	72.259	(2.736)	79.869	(2.770)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	72.259	(2.736)	79.869	(2.770)
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	72.259	(2.736)	72.259	(2.736)
Acionistas não controladores	-	-	7.610	(34)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Nota	Capital social		Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total
	Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2021	164.485	(31.332)	-	-	(24.086)	109.067	-	109.067
Subscrição de capital social	18.a 379.999	(379.999)	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital social	18.a -	348.528	-	-	-	348.528	46.074	394.602
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(2.736)	(2.736)	(34)	(2.770)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	544.484	(62.803)	-	-	(26.822)	454.859	46.040	500.899
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	72.259	72.259	7.610	79.869
Destinação para reserva legal	18.b -	-	2.272	-	(2.272)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18.c -	-	-	-	(10.792)	(10.792)	(1.704)	(12.496)
Destinação para reserva de retenção de lucros	18.d -	-	-	32.373	(32.373)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	544.484	(62.803)	2.272	32.373	-	516.326	51.946	568.272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	72.259	(2.736)	88.103	(2.397)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades financeiras:				
Depreciação	13	-	11.833	-
Amortização do ativo de direito de uso	12	-	163	-
Amortização da mais valia	14	667	667	-
Custo de financiamentos incorridos	16	-	120	-
Juros sobre financiamentos	16	-	9.893	-
Juros sobre passivo de arrendamento	12	-	640	-
Atualização monetária da provisão de desmobilização	17	-	603	-
Baixa de ativo imobilizado	13	67	1.423	544
Bônus de adimplência	16	-	(194)	-
Resultado de equivalência patrimonial	11	(73.654)	-	-
		(661)	(3.149)	(1.853)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber	17	437	(32.151)	(17)
Impostos a recuperar	9	(43)	(1.298)	(733)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(12)	(9)	(2.437)	(416)
Adiantamento a fornecedores	1	12	260	(2.279)
Despesas antecipadas	-	-	191	(1.627)
Outras contas a receber	93	(86)	544	(544)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	564	(719)	9.664	(872)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	(532)	-	(533)
Obrigações fiscais	(7)	(34)	203	967
Outras contas a pagar	27	(21)	51	(111)
Caixa (aplicado nas) / gerado pelas atividades operacionais				
		31	(4.144)	88.278
				(8.018)
Pagamento de juros de passivo de arrendamentos	12	-	(640)	-
Pagamento de juros de financiamentos	16	-	(2.180)	-
Impostos renda e contribuição social pagos	-	(205)	(7.032)	(76)
Caixa líquido (aplicado nas) / gerado pelas atividades operacionais				
		31	(4.349)	78.426
				(8.094)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aporte de capital em investidas	11	-	(347.369)	-
Mútuo financeiros com partes relacionadas	-	-	-	454
Alienação de participação societária	18 e.	-	-	46.041
Aquisição de ativo imobilizado	13	-	(81.112)	(761.969)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento				
		-	(347.426)	(81.112)
				(715.474)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	1.169	(12.492)
Captção de financiamentos	16	-	-	406.984
Custo de captação de financiamentos	16	-	-	(6.871)
Pagamento de principal de financiamentos	16	-	(1.862)	-
Pagamento de principal e juros de passivo de arrendamento	12	-	(14)	-
Integralização de capital social	18.a	-	348.528	348.528
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades de financiamento				
		-	348.528	(707)
				736.149
Aumento líquido / (redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa				
		31	(3.247)	(3.393)
				12.581
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	56	3.303	69.043
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	87	56	65.650
		31	(3.247)	(3.393)
				12.581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A. (“Companhia”) é uma holding, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

A Companhia foi constituída em 05 de março de 2020 com o objetivo de centralizar os projetos e investimentos em fase de desenvolvimento. Em fevereiro de 2021, a Companhia realizou a cisão parcial com o objetivo de segregar o acervo do Grupo, a fim de manter na Companhia apenas o projeto Lar do Sol, conforme descrito na nota explicativa nº 2.1.

As movimentações dos investimentos em suas controladas podem ser observadas na nota explicativa nº 11.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como “Companhia” ou Grupo). O Grupo está envolvido primariamente na geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica e encontra-se em 31 de dezembro de 2023 em operação.

As controladas que compõem o projeto Lar do Sol a qual a Companhia detém o controle, possuem um contrato de venda de energia incentivada que prevê o fornecimento total anual de 429 GWh para atender prioritariamente a Unipar Carbocloro S.A., durante o prazo de 18 anos, iniciando em 1º de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2042. Considerando que as controladas da Companhia entraram em operação comercial no segundo semestre de 2023, a controlada da Companhia Atlas Lar do Sol Holding, firmou um contrato de venda de energia no mercado livre com duração até 31 de dezembro de 2023, o qual comprometeu a totalidade da geração realizada do projeto.

As controladas da Companhia não possuem garantia física definida pelo Ministério de Minas e Energia, no entanto, segue o Art. 6º da portaria 60/2020, e não realiza operações de venda de energia que superem o volume histórico de geração das controladas Lar do Sol I Ltda, Lar do Sol II Ltda e Lar do Sol III Ltda.

O Controlador da GIP Helios II S.A, comunicou aos seus acionistas e ao mercado que no dia 30 de outubro de 2023, celebrou com a Engie Brasil Energia Complementares Participações Ltda. (“EBECP”) um Contrato de Compra e Venda de Ações da Companhia.

O fechamento da operação regulada pelo Contrato está sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes e à aprovação das autoridades reguladoras, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”). Em 07 de novembro de 2023 o CADE aprovou a operação, a Companhia espera concluir assim que as demais outras condições precedentes forem atendidas, considerando que se tais condições não forem cumpridas, a transação poderá eventualmente não se materializar.

1.1 Autorizações para exploração

As Controladas receberam autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, conforme apresentado no quadro abaixo.

A tabela a seguir resume as características de cada controlada:

<i>Usina</i>	<i>Período da autorização</i>	<i>Potência (MW)</i>	<i>Início de operação comercial</i>	<i>Status</i>	<i>Ambiente Contratação</i>	<i>Estado</i>
UFV LAR DO SOL I	09/04/2019 a 09/03/2054	99,00	07/2023	Em operação	ACL	MG
UFV LAR DO SOL II	09/04/2019 a 09/03/2054	49,50	07/2023	Em operação	ACL	MG
UFV LAR DO SOL III	09/04/2019 a 09/03/2054	49,50	07/2023	Em operação	ACL	MG

As controladas indiretas Lar do Sol I, II e III terão suas operações dedicadas ao suprimento dos contratos de venda de energia firmados diretamente com sua controladora Atlas Lar do Sol Holding Ltda, com o início a partir 01 de janeiro de 2024 para suprir os contratos de venda firmados, pela controlada, bilateralmente no ambiente de contratação livre, na modalidade de autoprodução junto a Unipar Carbocloro S.A. Para o ano de 2023 as controladas forneceram energia através de contratos bilaterais firmados no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

1.2 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, uma vez que as investidas possuem previsão de entrada em operação em 2023 e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas e companhias consolidadas;
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas e companhias controladas;

- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas e companhias consolidadas;
- d) Segregação da participação de não controladores. O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data da aquisição.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as demonstrações financeiras da Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A. e suas controladas, listadas a seguir:

Controladas	País	Participação acionária %			
		2023		2022	
Altas Lar do Sol Holding S.A. (a)	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A. (b)	Brasil	Indireta	90%	Indireta	90%
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A. (b)	Brasil	Indireta	90%	Indireta	90%
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A. (b)	Brasil	Indireta	90%	Indireta	90%

- a) A Companhia tem por objetivo centralizar os investimentos das Companhias em desenvolvimento. Atualmente esses investimentos contemplam as investidas Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A, Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A e Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.
- b) As controladas foram constituídas entre setembro e outubro de 2018, e tem como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica;

2.1 Alienação de participação societária

Em 09 de agosto de 2022, a controlada Lar do Sol Holding Ltda firmou contrato de compra e vendas de ações das investidas Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A, Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A e Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A com a Unipar Carbochloro S.A., no qual realizou a venda de 10% das ações destes investimentos, passando a controlada Lar do Sol Holding Ltda deter 90% das ações das controladas. Como parte da negociação comercial, principalmente em relação ao contrato de venda de energia firmado com a Unipar Carbochloro S.A., a precificação ocorreu com base nos saldos líquidos de imobilizado, caixa e endividamento. Abaixo, são apresentados os valores resultantes da alienação e tais investimentos:

Controladas	Base de precificação em 31/12/2022	% sobre a precificação da base	Valor de alienação de investimentos a receber
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.	154.654	10%	15.465
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.	119.642	10%	11.964
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.	117.989	10%	11.799
	392.285	10%	39.229

A base de precificação de aquisição das Companhias ocorreu com base nos valores de livros na data base 31/07/2022:

Investida	Capex (não auditado)	Caixa (não auditado)	(-) Endividamento (não auditado)	Valor Total (não auditado)
Lar do Sol I	248.421	3.504	(97.271)	154.654
Lar do Sol II	148.013	2.336	(30.707)	119.642
Lar do Sol III	143.568	16.253	(41.832)	117.995
	540.002	22.092	(169.810)	392.229

A divulgação da participação de não controladores está apresentada na nota explicativa nº 18 e.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizada pela Diretoria em 29 de fevereiro de 2024.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira que é mensurada ao valor justo.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, e essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 **Uso de estimativas**

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. **Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 13: Refere-se a ativos de imobilizados de uso, a depreciação é feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A determinação da vida útil dos ativos é estimada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recursos que tal ativo espera prover.

Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – Nota explicativa nº 13: Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2023.

Intangível – Nota explicativa nº 14: Principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – nota explicativa nº17: Refere-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato; e

Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 24: Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

6 **Políticas contábeis materiais**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. **Base de consolidação**

(i) **Controladas**

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e

consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) *Perda de controle*

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) *Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial*

Os investimentos da controladora em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

(iv) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. *Receita de contrato com cliente*

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato;
e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato no ambiente livre é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

e. Imposto de renda e contribuição social

i. Regime de tributação pelo Lucro Real – Controladora

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

ii. Regime de tributação pelo Lucro Presumido – Demais controladas

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

iii. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente corresponde ao imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos

exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens o qual o Grupo definiu uma vida útil de 30 anos que representa o período estimado pela Administração no qual o grupo de ativos operacionais fluirão em benefícios econômicos. A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	30 anos
--	---------

A taxa de depreciação do item planta fotovoltaica representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção e início de operação da planta. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Ativos intangíveis

Inclui os Direitos de acesso à Rede Básica de Transmissão de Pirapora – MG.

Conforme determinado no CPC 04 – Ativo Intangível, correspondente ao IAS 38 – *Intangible Assets*, a Companhia deve reconhecer o Ativo Intangível quando do cumprimento das seguintes premissas:

i. Ativo identificável

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição do ativo intangível, quando:

- for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou
- resultar de direitos contratuais ou direitos legais.

ii. Controle

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de controle do ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.

iii. Benefício econômico futuro

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de obter os benefícios econômico futuros quando tais benefícios incluem a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade.

Após confirmado a consonância dos requerimentos de identificação de um ativo intangível, a Administração segue com o reconhecimento do Ativo Intangível.

iv. Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

v. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

vi. Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

A Administração compreende como vida útil do Ativo de Direito de acesso à Rede Básica de Transmissão de Pirapora – MG, o período da vigência deste direito que compreende 35 anos, a contar a partir do início da operação comercial do Grupo, previsto para primeiro semestre de 2023.

h. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam o Grupo, ao final do prazo contratual, devolva as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 16.

(i) Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento da provisão de desmobilização acontece mediante a entrada em operação do parque fotovoltaico, dado que neste momento o reconhecimento e mensuração estão livres de incertezas acerca do preço e prazo e o parque está apto a iniciar sua geração.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros VJR a Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros custo amortizado a Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos

os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) *Passivos financeiros*

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

O Grupo mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio

alocado a esta UGC (ou Grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou Grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado. No caso da Companhia, os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem às terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 8,75% a.a.

j. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

l. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-*

performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, aos quais a Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos.

A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita a desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

A Companhia monitora os desenvolvimentos futuros.

b) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

c) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

O Grupo não participa de acordo de financiamento da cadeia de suprimentos para o qual as novas divulgações serão aplicadas.

d) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16)
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Depósitos bancários (a)	6	-	632	82
Aplicações financeiras curto prazo (b)	81	56	65.018	68.961
Caixa e equivalentes de caixa	87	56	65.650	69.043

- (a) Inclui depósitos bancários prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 100% em 31 de dezembro de 2023 (98% em 31 de dezembro de 2022), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

9 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes – Receita ACL (a)	-	-	31.732	-
Contas a receber de clientes – Liquidação MCP (b)	-	-	436	-
Contas a receber de partes relacionadas (c)	-	17	-	17
Contas a receber de clientes	-	17	32.168	17

- a) Contas a receber proveniente da operação de venda firmada bilateralmente no Ambiente de Contratação Livre (ACL). O regime de autoprodução começará a ser atendido a partir de 2024, conforme nota explicativa nº1.
- b) Referem-se a parcela venda de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) em atendimento ao contrato firmado bilateralmente no ambiente de contratação livre, conforme nota explicativa n 1.
- c) Conforme nota explicativa nº 23.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2023	2022
Títulos de valores mobiliários (a)	13.235	12.492
	13.235	12.492

- (a) Os valores em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são relativos ao contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Conforme contratos, a Companhia tem a obrigação de manter em caução 2,5% do valor da dívida. Os valores são mantidos como caixa restrito e estarão disponíveis para utilização a longo prazo, conforme realização dos pagamentos.

11 Investimento em controladas

Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial	2023
<i>Investimentos em controladas</i>					
Atlas Lar do Sol Holding Ltda	100%	472.602	73.654	73.654	472.602
		472.602	73.654	73.654	472.602

Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial	2022
<i>Investimentos em controladas</i>					
Atlas Lar do Sol Holding Ltda	100%	414.885	413	413	414.885
		414.885	413	413	414.885

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, é como segue:

Movimentação do investimento	Part. %	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31 de dezembro de 2023
<i>Investimentos em controladas</i>					
Atlas Lar do Sol Holding Ltda	100%	414.885	73.654	(15.937)	472.602
Total		414.885	73.654	(15.937)	472.602

Movimentação do investimento	Part. %	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	Saldo em 31 de dezembro de 2022
<i>Investimentos em controladas</i>					
Atlas Lar do Sol Holding Ltda	100%	67.103	413	347.369	414.885
Total		67.103	413	347.369	414.885

A seguir resumo das controladas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

31/12/2023	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Participação de não controladores	Lucro líquido do exercício
Atlas Lar do Sol Holding S.A	1.037.197	512.650	472.601	51.946	73.654
Total dos investimentos	1.037.197	512.650	472.601	51.946	73.654

31/12/2022	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Participação de não controladores	Lucro líquido do exercício
Atlas Lar do Sol Holding S.A.	884.888	423.964	414.884	46.040	413
Total dos investimentos	884.888	423.964	414.884	46.040	413

12 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

O Grupo atua como arrendatário em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

	Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2022	Reconhecimento inicial	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2023
Ativo de direito de uso				
Ativo de direito de uso	-	11.741	(163)	11.578
Total do ativo	-	11.741	(163)	11.578

Composição dos saldos do passivo de arrendamentos:

	Consolidado	
	2023	2022
Passivo de arrendamento	11.727	-
Total	11.727	-
Circulante	35	-
Não circulante	11.692	-

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está demonstrada abaixo:

Consolidado

Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Valor líquido em 31/12/2022	Reconhecimento inicial	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2023
Passivo de arrendamento						
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	-	11.741	(14)	(640)	640	11.727
Total	-	11.741	(14)	(640)	640	11.727

Mediante reconhecimento do arrendamento dos parques fotovoltaicos das controladas da Companhia, a taxa de desconto utilizada para tal é de 8,75% a.a.

13 Imobilizado

Conciliação do valor contábil

Custo de aquisição	Consolidado									
	31/12/2021	Adições (a)	Juros e custos capitalizados (b)	Baixa (c)	31/12/2022	Adições (a)	Transferências	Juros e custos capitalizados (b)	Baixa (c)	31/12/2023
Adiantamento a fornecedores	6.880	46.205	-	-	53.085	-	(53.085)	-	-	-
Imobilizado em andamento	5.892	739.312	2.127	(544)	746.854	39.098	(805.916)	21.387	(1.423)	-
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	-	-	-	-	-	42.014	859.001	-	-	901.015
Custo para desmobilização de ativos (a)	-	-	-	-	-	19.194	-	-	-	19.194
Total	12.772	785.517	2.127	(544)	799.939	100.306	-	21.387	(1.423)	920.209
Depreciação acumulada										
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	-	-	-	-	-	(11.560)	-	-	-	(11.560)
Desmobilização de ativos (a)	-	-	-	-	-	(273)	-	-	-	(273)
Total	-	-	-	-	-	(11.833)	-	-	-	(11.833)
Total imobilizado	12.772	785.517	2.127	(544)	799.939	88.473	-	21.387	(1.423)	908.376

(a) As aquisições referem-se a serviços e materiais oriundos da construção da usina fotovoltaica.

(b) Juros e custo de captação sobre financiamentos capitalizados ao ativo imobilizado, líquidos da receita de juros de aplicação financeira advindos da obtenção do financiamento. Adicionalmente o movimento apresentado está líquido do rendimento de aplicação financeira proveniente do financiamento recebido e mantido em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas, conforme notas explicativas nº 8 e 10. O detalhamento dos movimentos de financiamento está demonstrado na nota explicativa nº 16.

(c) Baixa realizada em função de danos ocorridos em equipamentos.

Em dezembro de 2022 o Grupo concluiu a construção da Usina Fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento para contratos firmados bilateralmente em ambiente de contratação livre, iniciando no exercício de 2023 o reconhecimento de depreciação. A vida útil do ativo imobilizado e políticas contábeis aplicáveis estão descritas na nota explicativa nº 6.f

A Companhia e suas controladas avaliaram que até 31 de dezembro de 2023 não existiam evidências de perda do valor recuperável de seu imobilizado em andamento.

Os ativos detidos pelo Grupo compõem as garantias das operações de financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 16.

14 Intangível

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Custo		
Rede Básica de Transmissão Pirapora – MG	39.371	40.038
Total	39.371	40.038

Direito de acesso da rede básica de transmissão Pirapora – MG

Em 2021 o Grupo concretizou a aquisição dos ativos Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A, Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A e Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A. Juntamente com a aquisição das controladas, a Administração identificou o direito de acesso à rede básica de transmissão Pirapora – MG. Desta forma, após aplicar a política descrita na nota explicativa nº 6.g, a Companhia reconheceu ativo intangível adquirido no montante de R\$ 40.038.

A composição do intangível está demonstrada a seguir:

SPE	Início licença	Ativo intangível	Amortização	Saldo em 31/12/2023
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.	01/01/2023	13.346	(222)	13.124
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.	01/01/2023	13.346	(222)	13.124
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.	01/01/2023	13.346	(223)	13.123
		40.038	(667)	39.371

A Companhia e suas controladas avaliaram que até 31 de dezembro de 2023 não existiam evidências de perda do valor recuperável de seu intangível.

15 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de fornecedores e contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contratação de serviços (a)	9	-	24.711	15.801
Fornecedores partes relacionadas (b)	925	370	1.124	370
Total de fornecedores	934	370	25.835	16.171
Outras provisões com serviços (c)	51	24	148	97
Total de outras contas a pagar	51	24	148	97
Total de fornecedores e outras contas a pagar	985	394	25.983	16.268

- (a) Os valor de R\$ 24.711 corresponde basicamente a R\$ 19.217 ao saldo a pagar de compra de energia para fornecimento ao contrato firmado no ACL. Os R\$ 5.494 residuais correspondem ao saldo de serviços a pagar referente às contratações de serviços diversos, serviços técnicos de manutenção do parque fotovoltaico.

- (b) Conforme nota explicativa número 23.
(c) Refere-se a serviços a faturar de auditoria.

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 24.

16 Financiamentos

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
As movimentações dos financiamentos aconteceram da seguinte forma:		
Financiamentos		
Saldo inicial	406.278	-
Financiamentos tomados (principal)	-	406.984
Pagamento de principal	(1.862)	-
Juros incorridos	33.024	5.996
Juros pagos	(2.180)	-
Bônus de adimplência	(194)	-
Custo de captação incorrido (*)	288	169
Custo de captação	-	(6.871)
Saldo final	435.354	406.278
Circulante	23.930	7.570
Não Circulante	411.424	398.708

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

	Taxa de juros	Vencimento final	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures	IPCA(*) + 3,15 % a.a.	Nov./45	435.354	406.278
			435.354	406.278
Circulante			23.930	7.570
Não circulante			411.424	398.708

Os financiamentos mantidos pelas controladas da Companhia foram celebrados em 22 de outubro de 2021, e tiveram as primeiras liberações no montante de R\$ 406.983 nos meses de junho, agosto e setembro de 2022, com o banco BNB (Banco do Nordeste do Brasil S.A.), e são exclusivamente para a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas. O prazo de financiamento é de 24 anos, tendo último vencimento em 15 de novembro de 2045, com carência de 2 anos para o principal e pagamento mensal de juros, calculados através da taxa de 3,15% a.a. + IPCA.

Os montantes das parcelas do não circulante são compostos por ano de vencimento conforme demonstrado abaixo:

Vencimento em:	2023	2022
2024 (a)	-	21.172
2025	19.591	8.349
2026	19.591	9.598

2027	19.591	10.925
2028	19.591	10.925
2028 até 2045	333.060	337.739
	<u>411.424</u>	<u>398.708</u>

(*) Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – Boletim Focus

- (a) Em 2024 se espera uma maior saída de caixa em função do término do período de carência

As controladas da Companhia possuem um bônus de adimplência de 15% caso realize os pagamentos conforme os vencimentos, sem atrasos. Os financiamentos bancários estão garantidos pelos contratos de venda de energia, emissão de cartas de fianças e garantia dos sócios, conforme no item “b” a seguir.

O contrato estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) cujo eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso da dívida captada junto ao BNB, os principais *covenants* são:

Cumprir rigorosamente a legislação ambiental;
Comprovar perante o BNB a correta aplicação dos recursos captados; e
Manter, por todo período do financiamento, a autorização de operação da usina fotovoltaica, bem como cumprir com os requerimentos firmados no contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) inerentes ao contrato de financiamentos requeridas são acompanhadas pela Administração da Companhia.

Garantias prestadas

O financiamento celebrado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”), tem como fiador o Banco BTG Pactual. O Fiador emitiu cartas de fiança em favor do BNB, a fim de garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia.

A título de conta garantia em favor dos Fiadores, as obrigações das controladas da Companhia foram asseguradas pelas seguintes garantias:

garantia fidejussória prestada por Lar do Sol Holding e Atlas Brasil Holding 2;
alienação fiduciária de quotas da Companhia, de titularidade dos sócios;
alienação fiduciária dos equipamentos de titularidade da Companhia;
cessão fiduciária dos direitos creditórios advindos do Projeto de titularidade da Companhia e das contas relacionadas ao Projeto;
compromisso de aporte de capital na Companhia, pelos sócios;
solidariedade entre as SPEs;
cessão gratuita do direito de superfície;
fiança bancária vigente até a comprovação do aporte total.

17 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, as Controladas têm a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento.

Em julho de 2023, as controladas da Companhia realizaram o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica no montante de R\$19.194. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 7,72%, conforme estudo realizado.

O valor correspondente a desmobilização está registrada no ativo imobilizado e está sendo amortizado mensalmente. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 18.921, conforme nota explicativa nº 13.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 foi a seguinte:

	<u>Consolidado</u>
	<u>2023</u>
Saldo inicial	-
Reconhecimento inicial	19.194
Atualização monetária	603
Saldo final	<u><u>19.797</u></u>

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 544.484, representado por 743.373.478 ações, nominativas e sem valor nominal, os quais a acionista a GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia detém de 100% das ações. O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 481.681.

Não ocorreram alteração no capital social durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve integralização de R\$ 348.528 da seguinte forma: i. Em fevereiro de 2022, no montante de R\$ 32.836; ii. Em maio de 2022, no montante de R\$ 84.030; iii. Em junho de 2022, no montante de R\$ 118.267; em julho de 2022 no montante de R\$ 90.963 e iv. Em agosto de 2022, no montante de R\$ 22.432, todos via transferência bancária pelo acionista à época Brasil Solar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

b) Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apurou o lucro de R\$ 72.259. Em função disso, a Companhia constituiu reserva legal no valor de R\$ 2.272.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apurou o prejuízo de R\$ 2.736. Mediante a isso, não foram reconhecidos valores referentes a reserva legal.

c) Dividendos

Conforme previsto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei 6.404/76 a Companhia reconhece a cada exercício a distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, quando apurado lucro no final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou à título de dividendos mínimos obrigatórios o montante de R\$ 10.792 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022), conforme demonstrativo abaixo:

	31/12/2023
Prejuízos acumulados	(26.822)
Lucro líquido do exercício	72.259
Base de cálculo - Reserva Legal	<u>45.437</u>
Reserva legal - 5%	(2.272)
Base de cálculo - Dividendos mínimos	<u>43.165</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	10.792

A Companhia apurou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e, portanto, não foram distribuídos dividendos.

d) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia destinou para reserva de retenção de lucros R\$32.373 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022).

e) Participação dos não controladores

A Companhia reconhece como Participação de não controladores o valor de R\$ 46.041, que corresponde a 10% do total do investimento de acordo com o contrato de compra e venda de ações firmado em 09 de agosto de 2022 a Unipar Carbocloro S.A., onde passou a deter 10% das ações das controladas indiretas Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A, Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A e Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A, conforme nota explicativa nº 2.1.

Abaixo, são detalhados os valores por investida:

2023				
Composição da participação de não controladores	Part. %	Patrimônio líquido das investidas	Lucro líquido do exercício	Participação de não controladores
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.	10%	247.343	4.457	24.735
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.	10%	141.021	1.450	14.102
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.	10%	131.094	1.703	13.109
Total		519.458	7.610	51.946

2022				
Composição da participação de não controladores	Part. %	Patrimônio líquido das investidas	Prejuízo do exercício	Participação de não controladores
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.	10%	212.799	(13)	21.280
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.	10%	129.738	(10)	12.972
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.	10%	117.877	(11)	11.788
Total		460.414	(34)	46.041

19 Receita operacional líquida

Fluxos de receitas e desagregação da receita de contrato com clientes

Na tabela a seguir está apresentada a composição analítica da receita de contratos com clientes apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Consolidado
	2023
Receita contrato de energia de reserva (ACL)	282.884
Receita no mercado de curto prazo (MCP) (a)	15.737
Receita - parte relacionada (b)	1.325
Receita bruta total	299.946
Impostos sobre venda	(20.944)
Total da receita operacional líquida	279.002

O Grupo comercializou 1.164,5 GWh em 2023, deste total as Usinas Fotovoltaicas controladas da Companhia geraram 322,8 GWh.

(a) Refere-se a parcela de produção comercializada no ambiente de contratação livre, dada as condições mais favoráveis no mercado de curto prazo.

(b) Conforme nota explicativa 23.

20 Custo de operação, despesas gerais e administrativas e outras despesas operacionais

	Consolidado
	2023
Custos do serviço de energia elétrica	
Depreciação e amortização (a)	(11.996)
Amortização do mais valia	(667)
Operação e manutenção	(2.155)
Compra de energia para revenda	(143.227)
Encargo de uso de rede de energia elétrica	(12.392)
Atualização monetária da provisão de desmobilização	(603)
Compromissos sociais e ambientais	(747)
Custos de locação de terras (b)	(893)
Seguros	(2.884)
Custos compartilhados (c)	(1.313)
Total	(176.877)

	Controladora		Consolidado	
Despesas gerais e administrativas	2023	2022	2023	2022
Despesas com pessoal (i)	-	(1.780)	(3)	(1.780)
Contabilidade e auditoria	(146)	(150)	(411)	(299)
Serviços técnicos	(10)	(59)	-	(70)
Assessoria e advogados	(12)	(33)	(751)	(222)
Amortização do mais valia	(667)	-	-	-
Impostos e taxas	(2)	(97)	(99)	(187)
Internet e comunicação	-	(40)	-	(40)
Propaganda e publicidade	-	(24)	-	(24)
Licenças e despesas regulatórias	-	(436)	-	(436)
Despesas com aluguel e condomínio	-	(76)	-	(76)
Despesas consumo do escritório	(36)	(89)	(36)	(89)
Despesas com viagens	(167)	(176)	(182)	(176)
Outras despesas	(14)	(289)	(18)	(284)
Despesas compartilhadas (c)	(319)	-	-	-
Total	(1.373)	(3.249)	(1.500)	(3.683)

(i) A Companhia realocou as despesas com pessoal para a Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A., o que resultou a redução expressiva destas despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(a) Refere-se a depreciação do imobilizado, amortização do custo de desmobilização e ativo de direito de uso.

- (b) Refere-se custos de aluguel das terras para operação do parque fotovoltaico não sujeitos ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos
- (c) Conforme nota explicativa nº 23.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Outras despesas operacionais				
Resultado na venda de imobilizado	(67)	-	(1.423)	-
Total	(67)	-	(1.423)	-

21 Receitas financeiras e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita financeira				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	34	96	5.168	1.561
Varição cambial ativa	-	4	3.506	1
	34	100	8.674	1.562
Despesa financeira				
Despesas bancárias	(1)	-	(7.184)	(278)
Juros sobre financiamentos	-	-	(9.893)	-
Bônus de adimplência	-	-	194	-
Juros sobre arrendamento	-	-	(640)	-
Custo de captação incorrido	-	-	(120)	-
Varição cambial passiva	-	-	(2.130)	2
	(1)	-	(19.773)	(276)
Resultado financeiro, líquido	33	100	(11.099)	1.286

22 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

a) Controladora

	Controladora	
	2023	2022
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	72.259	(2.736)
Adições:		
Provisões não dedutíveis temporariamente	74	(14)
Amortização do mais valia	667	
Exclusões:		
Resultado de equivalência patrimonial	(73.654)	(413)
Base de cálculo	(654)	(3.163)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%

Imposto de renda e contribuição social (i)	220	1.072
Alíquota efetiva	-	-

O saldo de prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2023 é de R\$4.171 (R\$ 3.517 em 31 de dezembro de 2022). Em função da expectativa da Companhia em não apresentar lucros tributáveis nos próximos exercícios, não foi reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos.

(i) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não reconheceu despesas de imposto de renda e contribuição social, pois percebeu prejuízo fiscal.

b) Consolidado

Em 31 de dezembro de 2022 o montante a pagar de imposto de renda e contribuição social é de R\$1.918 (R\$716 em 31 de dezembro de 2022). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

i. Consolidado

	2023	2022
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	76.264	786
Adições:		
Adições (exclusões) permanentes	(40)	2
Resultado de equivalência patrimonial	(68.476)	379
Base de cálculo		
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	7.748	1.167
Imposto de renda e contribuição social	(2.610)	(373)
Alíquota efetiva	3%	47%

ii. Demais controladas indiretas

	2023
Receita bruta (a)	134.176
Presunção do imposto de renda - 8% (b)	10.734
Presunção da contribuição social - 12% (c)	16.101
Demais receitas (d)	4.459
	15.193
Base de cálculo do IRPJ - (b) + (d)	15.193
Imposto de renda a alíquota de 15%	(2.279)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(1.494)
Total imposto de renda	(3.749)

Base de cálculo da CSLL - (c) + (d)	20.560
Contribuição social a alíquota de 9%	(1.850)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(5.624)
Alíquota efetiva (*)	4%

(*) A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida pela soma da Receita bruta (a) e demais receitas (d).

O imposto de renda e contribuições social consolidado é representado montante de R\$ 8.234 (R\$ 373 em 2022).

23 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora direta e final é o GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para 2023 e 2022 não foram fixadas remunerações.

Abaixo são demonstrados os saldos com partes relacionadas

<u>Controladora</u>	<u>Contas a receber</u>		<u>Contas a Pagar</u>		<u>Receitas / (Despesas)</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<u>(i) Operações partes relacionadas – Nacional</u>						
Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.	-	15	528	3	-	-
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.		2	-	-	-	-
Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda	-	-	397	-	(239)	-
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-	-	367	(80)	-
Total	-	17	925	370	(319)	-
<u>(ii) Dividendos</u>						
Atlas Lar do Sol Holding Ltda	15.937	-	-	-	-	-
GIP Helios II S.A.	-	-	10.792	-	-	-
Total	15.937	-	10.792	-	-	-
<u>Consolidado</u>						
	<u>Contas a receber</u>		<u>Contas a pagar</u>		<u>Receitas / (Despesas)</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<u>(i) Operações partes relacionadas – Nacional</u>						

Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.	-	15	528	3	-	-
Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda	-	-	566	-	(1.233)	-
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-	-	367	(80)	(302)
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	-	2	-	-	-	-
Total	-	17	1.094	370	(1.313)	(302)

(ii) Dividendos

Unipar Carbocloro S.A.	-	-	1.704	-	-	-
GIP Helios II S.A.	-	-	10.792	-	-	-
Total	-	-	12.496	-	-	-

(*) Ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Grupo dispôs de serviços compartilhados das demais Companhias do Grupo Atlas, tendo entre os custos serviços de escritório e assessoria de engenharia.

24 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		Controladora			
		2023 – Valor contábil		2022 – Valor contábil	
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	81	6	56	-
Contas a receber partes relacionadas	23	-	-	-	17
Dividendos a receber	23	-	15.937	-	-
Outras contas a receber		-	-	93	93
		81	15.943	14	110
Passivos					
Fornecedores	15	-	934	-	370
Dividendos a pagar	23	-	10.792	-	-
Outras contas a pagar	15	-	51	-	24
Total		-	11.777	-	394

		Consolidado			
		2023 – Valor contábil		2022 – Valor contábil	
	Nível hierárquico do valor justo	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	65.018	632	68.961	82
Contas a receber	9	-	32.168	-	17
Aplicações financeiras vinculadas	10	13.235	-	12.492	-

Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Outras contas a receber		-	-	-	544
		<u>78.253</u>	<u>32.800</u>	<u>81.453</u>	<u>643</u>
Passivos					
Fornecedores	15	-	25.835	-	16.171
Outras contas a pagar	15	-	148	-	97
Dividendos a pagar	23	-	12.496	-	-
Financiamentos	16	-	435.354	-	406.278
Total		<u>-</u>	<u>473.833</u>	<u>-</u>	<u>422.546</u>

Valor justo dos instrumentos financeiros

		Controladora			
		<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	87	87	56	56
Contas a receber	Nível 2	-	-	17	17
Outras contas a receber	Nível 2	-	-	93	93
Dividendos a receber	Nível 2	15.937	15.937	-	-
Dividendos a pagar	Nível 2	10.792	10.792	-	-
Fornecedores	Nível 2	934	934	370	370
Outras contas a pagar	Nível 2	51	51	24	24
		<u>27.801</u>	<u>27.801</u>	<u>560</u>	<u>560</u>
		Consolidado			
		<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
	Nível	Valor Contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	65.650	65.650	69.043	69.043
Contas a receber	Nível 2	32.168	32.168	17	17
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	13.235	13.235	12.492	12.492
Outras contas a receber	Nível 2	-	-	544	544
Fornecedores	Nível 2	25.835	25.835	16.171	16.171
Dividendos a pagar	Nível 2	12.496	12.496	-	-
Outras contas a pagar	Nível 2	148	148	97	97
Financiamentos	Nível 2	435.354	435.354	406.278	406.278
		<u>584.886</u>	<u>584.886</u>	<u>504.642</u>	<u>504.642</u>

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta a técnica de valorização utilizada na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não aplicável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b. Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado;
- Risco cambial; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras, caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixas e equivalentes de caixa	87	56	65.650	69.043
Títulos de valores mobiliários	-	-	13.235	12.492
Contas a receber de partes relacionadas	-	17	32.168	17
Outras contas a receber	-	93	-	544
Total transações no resultado	87	166	111.053	82.096

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Companhia prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria no qual o cliente opera.

Aplicações financeiras

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em aplicações financeiras que tenham um mercado líquido.

A exposição máxima ao risco de crédito das aplicações financeiras classificadas como custo amortizado com vencimento de curto prazo foi de R\$ 78.253 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 81.453 em 31 de dezembro de 2022).

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2023

		Consolidado				
		Fluxos de caixa contratuais				
Valor		1 ano	2 - 5	6 - 10	Mais que	
contábil	Total	ou	anos	anos	10 anos	
		menos				
Passivos financeiros						
Fornecedores	25.835	25.835	25.835	-	-	-
Outras contas a pagar	148	148	148	-	-	-
Arrendamentos	11.727	82.344	3.102	9.270	19.884	50.088
Financiamentos	435.354	1.120.683	94.765	177.950	375.361	472.607
	473.064	1.229.010	123.850	187.220	395.245	522.695

31 de dezembro de 2022

		Consolidado				
		Fluxos de caixa contratuais				
Valor		1 ano	2 - 5	6 - 10	Mais que	
					10 anos	

	contábil	Total	ou menos	anos	anos	10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	16.711	16.711	16.711	-	-	-
Outras contas a pagar	97	97	97	-	-	-
Financiamentos	406.278	775.420	4.834	153.607	184.367	432.612
	423.086	792.228	21.642	153.607	184.367	432.612

f) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

O Grupo realizou importação de ativo imobilizado para a construção das usinas fotovoltaicas, porém em 31 de dezembro de 2023 o Grupo não possui saldos passivos em moeda estrangeira, logo não está sujeita ao risco cambial.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros do Grupo é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, o Grupo efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas

macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2023	Cenário provável 31/12/2024	Sensibilidade		
			Provável	Δ + (-) 25%	Δ + (-) 50%
Risco de aumento da taxa de juros e índices IPCA (a) (i)	4,46%	3,90%	3,90%	4,88%	5,85%
Risco de redução da taxa de juros e índices CDI (b)	11,87%	9,15%	9,15%	11,44%	13,73%

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldo em 31/12/2023	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Financiamentos	IPCA	(435.354)	(16.979)	(21.224)	(25.468)	(12.734)	(8.489)
Total		<u>(435.354)</u>	<u>(16.979)</u>	<u>(21.224)</u>	<u>(25.468)</u>	<u>(12.734)</u>	<u>(8.489)</u>
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	<u>78.253</u>	<u>7.160</u>	<u>8.950</u>	<u>10.740</u>	<u>5.370</u>	<u>3.580</u>

(a) Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – Boletim Focus

(b) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

(i) A Companhia possui taxa de juros de financiamentos pré-fixados e pós fixados. A variação das taxas de juros e índices do quadro acima apresentam apenas variação do itens pós fixados.

25 Contingências

A Companhia e suas controladas não possuem contingências passivas com avaliação de risco de perda classificadas como provável ou possível em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

26 Demonstração dos fluxos de caixa

Transações que não envolvem caixa:

	Nota	Controladora	
		2023	2023
Distribuição de dividendos	18	15.937	-
Dividendos a receber	11/23	(15.937)	-
Dividendos a pagar	18	10.792	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18	(10.792)	-
		Consolidado	
		2022	2022
Juros sobre financiamentos incorridos	16	23.131	5.997
Custos de captação incorridos	16	168	168
Fornecedores	15	-	15.527
Aquisição ao ativo imobilizado	13	(21.387)	(21.692)
Ativo de direito de uso	12	11.741	-
Aplicações financeiras vinculadas	10	(1.912)	-
Passivo de arrendamento	12	(11.741)	-

Provisão para desmobilização	17	19.194	-
Custo de desmobilização	12	(19.194)	-
Dividendos a pagar	11/23	12.946	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18	(12.946)	-
Imobilizado		1.423	-
Baixa de imobilizado		(1.423)	-

27 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2024	2025	2026	2027	2028 a 2038	Total
TUST (a)	(12.609)	(13.035)	(13.468)	(13.900)	(186.493)	(239.505)
Contratos de (O&M) (b)	(2.254)	(2.456)	(2.634)	(2.760)	(40.972)	(51.076)
Seguros e garantia (c)	(923)	(953)	(886)	(915)	(11.007)	(14.684)
Arrendamento (d)	(1.282)	(1.543)	(1.594)	(1.647)	(22.100)	(28.166)
Outros (e)	(3.279)	(3.104)	(3.207)	(3.313)	(44.049)	(56.952)
Total	(20.347)	(21.091)	(21.789)	(22.535)	(304.621)	(390.383)

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2024 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2024/2024 (julho/23 a junho/23) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2024 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2024.

b) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

O Grupo possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

c) Seguros e garantias

O Grupo possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguaração das plantas fotovoltaicas.

d) Arrendamentos

O Grupo possui contratos de arrendamento dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

e) Outros

O Grupo possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *